

PETIÇÃO Nº 180/XI/2ª

Relatório da audição aos peticionários – 27.Julho.2011

Peticionários: Ana Bordalo Ramos Preto, José Diogo Mateus e Conceição Soeiro

Recebidos por: Deputados Duarte Marques (PSD), Isilda Aguincha (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Rita Rato (PCP)

Assunto: Regime da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e da avaliação em geral

Exposição: Agradecendo aos Deputados o agendamento da audição, os subscritores da Petição expuseram os fundamentos que motivaram a sua apresentação e que, sucintamente, se indicam:

- Reconhecem a relevância de processos de avaliação da qualidade do Sistema de Ensino Superior e concordam com os princípios constantes da [Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto](#), considerando, no entanto, que deverão ser revistas as regras de designação, composição e funcionamento do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, de forma a ser respeitado o princípio de independência, imparcialidade e isenção;
- Solicitam ainda que sejam criadas as condições que permitam a criação de uma Agência que, para além da avaliação e acreditação, assegure a garantia da qualidade do ensino superior;
- Pretendem também que as instituições de ensino possam recorrer a entidades de avaliação europeias, devidamente acreditadas, designadamente a European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), e que os resultados da avaliação sejam reconhecidos pelas instituições nacionais.

Referiram-se ainda ao reconhecimento internacional da Universidade Lusófona, no que se refere à qualidade dos cursos aí ministrados, pautando-se esta instituição pela excelência e pela garantia de qualidade, rigor e transparência na avaliação. Adiantaram ainda que os docentes desta universidade são avaliados, sistematicamente e de forma anónima, pelos alunos.

Lamentaram ainda o facto de os docentes das universidades públicas custeadas por fundos privados não terem assento na Agência e referiram-se também ao facto de alguns cursos serem avaliados por equipas sem quaisquer especialistas da área.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Isilda Aguincha (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Duarte Marques (PSD), que colocaram questões e apresentaram as posições dos respectivos grupos parlamentares.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Em resposta, os subscritores da Petição lembraram que a Universidade Lusófona dispõe de um conjunto de ofertas que não existe no sector público, apresentando o exemplo do curso de Urbanismo, cuja qualidade pode ser aferida pela empregabilidade do curso.

Por último, defenderam que os critérios de avaliação deverão ser diferenciados, para as instituições de ensino público e privado, referindo-se, em particular, à sustentabilidade do curso, uma questão que deverá colocar-se apenas para os cursos financiados pelo Orçamento do Estado.

A reunião foi gravada em registo áudio, podendo a gravação ser consultada na página da Comissão.

Palácio de São Bento, 27 de Julho de 2011

A assessora da Comissão

Cristina Tavares